

CERIMÔNIA

“Este Exército não é mais de Bolsonaro”

Lula diz que cogitou faltar a evento militar, mas compareceu para mostrar não ter rancor

» INGRID SOARES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva revelou ter ficado em dúvida sobre comparecer ou não ao evento do Dia do Exército, comemorado ontem, no quartel-general da Força, em Brasília. Mas disse que resolveu ir para sinalizar não guardar rancor e mostrar que o assunto sobre o envolvimento de militares com o governo Bolsonaro está superado.

“Todo mundo sabe o quanto eu andava magoado com os militares neste país, por conta de tudo o que aconteceu. E fiquei a noite toda pensando: ‘Vou ou não vou, vou ou não vou’. Tomei a decisão de ir e acho que foi Deus que me ajudou a decidir, porque fui para mostrar que não guardo rancor”, afirmou Lula, na cerimônia de anúncio de R\$ 2,44 bilhões para o orçamento de universidades e institutos federais.

O petista emendou que este “não é mais o Exército de Bolsonaro”. “É o Exército de Caxias, Exército Brasileiro, que tem função constitucional. Precisamos restabelecer essa harmonia para a gente poder consertar este país”, destacou.

Lula participou do evento do Dia do Exército, pela manhã, no mesmo local onde estiveram acampados extremistas bolsonaristas que pediam golpe de Estado. Ele assistiu aos desfiles e às demonstrações dos militares.

A ida de Lula ao evento demonstrou um aceno às Forças. No último dia 4, ele participou, no Palácio do Planalto, da cerimônia de apresentação dos oficiais-generais recém-promovidos.

O ato ocorreu em um momento em que o chefe do Executivo e os comandos das Forças Armadas ensaiam uma reaproximação após períodos de tensão envolvendo os atos terroristas de 8 de janeiro e a politização na corporação por parte de Bolsonaro.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula no evento do Dia do Exército, no QG do SMU, onde estiveram acampados radicais bolsonaristas



Não deixaremos de julgar cada um dos golpistas, porque, neste país, não existe espaço para fascista, nazista e quem não gosta de democracia”

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

Julgamentos

Em outro compromisso do dia, o lançamento do Processo de Elaboração do PPA Participativo (Plano Plurianual), Lula fez menção aos atos extremistas.

“Cada pessoa que participou do golpe de 8 de janeiro vai ser julgada, vai ter direito à presunção de inocência, que eu não tive, mas não deixaremos de julgar cada um dos golpistas, porque, neste país, não existe espaço para fascista, nazista e quem não gosta de democracia”, enfatizou.

A declaração ocorreu após a revelação de imagens internas do Palácio do Planalto que mostram a atuação de integrantes do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) nos ataques. No vídeo, é possível ver que os invasores receberam água dos militares e cumprimentaram agentes do GSI durante a depredação. Ante as evidências, o ministro-chefe do GSI, general Gonçalves Dias, pediu demissão ontem.

Saiba mais

O périplo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelas Três Forças para prestigiar os militares começou em 15 de março, quando ele visitou o comando da Marinha e almoçou com os oficiais da força marítima depois de ter passado as tropas em revista. No encontro, o presidente tratou com os almirantes a situação orçamentária da Força.

Oito dias, após a reunião com os oficiais da Marinha, Lula visitou o complexo naval em Itaguaí (RJ), onde são feitas as pesquisas do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (ProSub).

Ele posou para fotos com marinheiros e disse que investimentos em defesa fortalecem a economia, no que foi considerado mais um gesto de valorização às três Forças.

Comandante: instituição é “apolítica”

No Dia do Exército, o comandante da instituição, general Tomás Paiva, voltou a defender que as Forças Armadas devem atuar em defesa da democracia. Na Ordem do Dia, lida durante solenidade no Quartel-General do Exército, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o comandante afirmou que a corporação deve atuar de forma apolítica.

“O Exército imortal de Caxias, instituição de Estado, apolítica, apartidária, imparcial e coesa, integrada à sociedade e em permanente estado de prontidão, completa 375 anos de história”, diz o texto da Ordem do Dia. “Sua existência está alicerçada

em valores e tradições, bem como comprometida com a defesa da pátria, da independência, da República e da democracia.”

Paiva destacou a necessidade de a corporação se manter comprometida com a defesa da democracia e buscar a modernização diante de “um mundo cada vez mais complexo”.

Conforme manda o regimento desse tipo de cerimônia, Lula não discursou, mas condecorou as organizações das Forças Armadas com a Ordem do Mérito.

A relação do governo do petista com os militares começou fragilizada pela atuação do ex-comandante do Exército Júlio

César de Arruda após a crise dos acampamentos golpistas em frente aos quartéis em todo o país. O general se recusou a ordenar a desmontagem do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília. As instalações acabaram funcionando como ponto de concentração de apoiadores extremistas do ex-presidente Jair Bolsonaro, que participaram da tentativa de golpe em 8 de janeiro, ao invadir as sedes dos Três Poderes.

Lula, então, decidiu substituí-lo pelo general Tomás Miguel Ribeiro Paiva. Até aquele momento, o presidente havia adotado o critério de antiguidade

no serviço militar para fazer as nomeações dos comandantes das Forças Armadas em seu governo. Paiva se credenciou ao posto de comando pelas falas legalistas em defesa da democracia, mas teve sua relação com o Palácio do Planalto estremecida após vazarem áudios em que descreveu como “indesejada” a vitória de Lula nas eleições do ano passado.

Além de Lula, compareceram ao Quartel-General do Exército os ministros da Defesa, José Múcio Monteiro, e do Trabalho, Luiz Marinho; o procurador-geral da República, Augusto Aras, e deputados, como a bolsonarista Sílvia Waiápi (PL-AP).

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Invasão do Planalto tem duas narrativas

Tabloide americano, o melhor romance dos EUA de 1996, de James Ellroy, descreveu o sonho americano ao descrever uma trama política golpista e mafiosa, cujo desfecho foi o assassinato de John Kennedy, em Dallas, no dia 22 de novembro de 1963. No gênero noir, desnuda os bastidores glamourosos da Casa Branca.

Entre os personagens históricos, além do presidente assassinado, que, à época, mantinha um romance tórrido com Marilyn Monroe, estão o magnata Howard Hughes, um paranoico drogado; e Frank Sinatra, traído pela mulher, Ava Gardner. O senador Robert Kennedy investiga a Máfia; o poderoso chefe do FBI, J. Edgar Hoover, investiga o presidente da República; a CIA investiga todo mundo. O inimigo principal dos EUA era Fidel Castro, o líder da Revolução Cubana.

Cinco anos depois, em *6 Mil em Espécie*, Ellroy retoma o fio da história, a partir do dia do assassinato de Kennedy em Dallas e descreve uma conspiração que vai do crime organizado aos políticos de direita. Wayne Junior, um tira de Las Vegas, chega a Dallas no dia do assassinato de Kennedy, com US\$ 6 mil em espécie no bolso, com a função de matar um cafetão negro.

Encontra dois personagens de *Tabloide Americano*: Ward Littell, ex-agente do FBI, advogado de Howard Hughes, e Pete Bondurant, ex-agente da CIA, anticomunista fervoroso. Os três mergulham no submundo da política: crime organizado em Dallas e Las Vegas, Howard Hughes, Ku-Klux-Klan, tráfico de heroína no Vietnã, extremistas de direita e muitas mortes. Tudo para encobrir as pistas que levavam aos verdadeiros mandantes do assassinato de Kennedy.

Felizmente, até agora, não morreu ninguém desde a posse de Lula. Mas a política brasileira começa a ganhar ares de um romance noir, a partir do 8 de janeiro. São chocantes as imagens que mostram o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Gonçalves Dias, no Palácio do Planalto, nas quais aparece dialogando com os bolsonaristas que haviam invadido e depredado suas dependências. Passam a impressão de que houve absoluto despreparo ou dissimulada conviência do militar com o que aconteceu.

Marco Edson Gonçalves Dias tem 73 anos, comandou o 19º batalhão de Infantaria Motorizada e a 6ª Região Militar (Bahia). Conhecido como G. Dias, foi secretário de Segurança da Presidência da República nos dois governos de Lula e chefe da Coordenadoria de Segurança Institucional da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Na campanha eleitoral, cuidou da segurança de Lula, que confiava muito nele. Ontem, pediu demissão do cargo, devido à repercussão das imagens e à perda de confiança de Lula, que o considerava um amigo.

O general havia ocultado do presidente da República a existência dos vídeos revelados pela CNN, num grande “furo” de reportagem. Havia decretado sigilo por cinco anos das imagens que, ao mesmo tempo, dizia não existirem. Mas eram do conhecimento do Exército e da Polícia Federal, que investigam aqueles acontecimentos. Muitos dos 81 militares ouvidos no inquérito do 8 de janeiro aparecem nas imagens conversando com os invasores, sem impedi-los de quebrar o que encontravam pela frente.

CPMI bolsonarista

O capitão responsável pela guarda do Palácio do Planalto no dia do evento foi afastado do cargo somente duas semanas depois. Como ele, todos os integrantes do GSI haviam sido designados pelo seu antigo ministro, o general Augusto Heleno. Ontem, Lula nomeou como chefe interino do GSI o secretário executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli, que fora interventor na segurança pública de Brasília no dia da tentativa de golpe de Estado.

Em sua defesa, G. Dias argumentou que chegou ao palácio depois da invasão e atuou para retirar os vândalos bolsonaristas do terceiro e quarto andares, encaminhando-os para o segundo andar, onde seriam presos. Velhas imagens do dia do evento, porém, mostram um comandante da tropa de choque da PM esculachando o major do Exército encarregado da Guarda Presidencial, que pretendia deixar os manifestantes saírem livremente e tentou impedir as prisões.

Ontem, o governo passou o dia na defensiva, sem saber muito bem o que fazer, até que Lula resolveu pedir ao general que se exonerasse. Como o ex-ministro era homem de confiança do presidente da República, a narrativa bolsonarista estapafúrdia de que os acontecimentos de 8 de janeiro foram uma grande armação petista, que circula desde 9 de janeiro, voltou a ser agitada nas redes sociais. Mais do que isso, reverbera muito no Congresso.

A instalação de uma CPI Mista para investigar o 8 de janeiro, requerida pelo deputado André Fernandes (PL-CE), integrante da tropa de Jair Bolsonaro, tornou-se um fato consumado. O governo tentou retirar as assinaturas do pedido e não conseguiu. Agora, corre atrás do prejuízo, mobiliza parlamentares petistas e aliados para não perder o controle da comissão.

Fernandes é alvo de inquérito no Supremo Tribunal Federal, sob suspeita de incentivar a invasão. Youtuber, mobilizou seus aliados para o 8 de janeiro. Naquele mesmo dia, à noite, compartilhou imagens da porta do armário do ministro Alexandre de Moraes, que fora arrancada durante a invasão do Supremo.

O objetivo da CPMI é desviar o foco das investigações da Polícia Federal e responsabilizar o governo Lula pela invasão do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo. Parece maluco, mas os bolsonaristas acreditam nessa narrativa.

Para o Seu João, a melhor época do DF foi quando ele conseguiu um novo emprego em uma das obras do GDF.

Para a Alice, o melhor começa agora.

João Luiz de Sousa
Eletricista na obra do Túnel de Taguatinga e avô da Alice

